

INTERLOCUÇÕES COM A REVOLUÇÃO PASSIVA

Andreas Bieler¹

Adam Morton²

Resumo: Este artigo se engaja criticamente com os debates sobre o desenvolvimento desigual e combinado e particularmente a falta de atenção dada nesta literatura às considerações da diversidade espacial na expansão externa do capitalismo, bem como as questões de eurocentrismo. Por meio de interloquções com Antonio Gramsci sobre sua teorização da formação do Estado e da modernidade capitalista e a noção de revolução passiva, extraímos a relação interna entre a condição estruturante do desenvolvimento desigual e combinado e a agência de classe da revolução passiva. A interloqução com a revolução passiva coloca Antonio Gramsci firmemente dentro de uma corrente de teoria social clássica que molda considerações sobre a modernidade capitalista. Como resultado, baseando-se na teorização cognata em outros lugares, a revolução passiva pode então ser estabelecida como um campo lateral de causalidade que necessariamente apreende dinâmicas espaço-temporais ligadas às práticas de transformação de classes sociais e subalternas nas relações de propriedade social, situadas dentro das condições estruturantes de desenvolvimento desigual e combinado.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, revolução passiva, Leon Trotsky, desenvolvimento desigual e combinado.

Abstract: This article critically engages with debates about uneven and combined development and particularly the lack of attention given in this literature to considerations of spatial diversity in the outward expansion of capitalism, as well as issues of Eurocentrism. Through dialogues with Antonio Gramsci about his theorization of state formation and capitalist modernity and the notion of passive revolution, we extract the internal relationship between the structuring condition of uneven and combined development and the class agency of passive revolution. The interlocution with passive revolution places Antonio Gramsci firmly within a current of classical social theory that shapes considerations of capitalist modernity. As a result, drawing on cognate theorizing elsewhere, passive revolution can then be established as a lateral field of causality that necessarily captures spatiotemporal dynamics linked to practices of transforming social and subaltern classes in situated social property relations. within the structuring conditions of uneven and combined development.

Keywords: Antonio Gramsci, passive revolution, Leon Trotsky, uneven and combined development.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura engajar três linhas de crítica na literatura sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Em primeiro lugar, que não há uma teoria totalmente reconstruída dentro da abordagem original para o desenvolvimento desigual e combinado e, por extensão, que abordagens contemporâneas para o desenvolvimento desigual e combinado não são adequadas na consideração *tanto* para a dinâmica espaço-temporal do desenvolvimento capitalista *e* dos efeitos causais da multiplicidade sociopolítica¹ (RIOUX, 2015, p.494, ênfase no original). O perigo aqui, no enquadramento útil de Sébastien Rioux (2015, p.494), é que a teoria de desenvolvimento desigual e combinado é “nada mais do que um lembrete amigável sobre a importância do “internacional””. Segundo, por algum tempo, David Harvey (2006 [1982], p.xix) opinou proeminentemente que o materialismo histórico não pode existir sem uma apreciação sólida

¹ Universidade de Nottingham, Reino Unido.

² Universidade de Sydney, Austrália.

da dialética espaço-temporal. No entanto, causa perplexidade que grande parte da literatura recente dentro da sociologia histórica seja aespacial (HESKETH E MORTON, 2014, p.150). Há uma falha no desenvolvimento de uma perspectiva dialética interna sobre a relação entre o Estado 'político' e as modalidades 'econômicas' de exploração. Em terceiro lugar, isso abre a necessidade de reconhecer e, em seguida, focar no que Ernest Mandel chamou de "desvio histórico", a fim de considerar como o desdobramento do capitalismo ocorreu dentro de sociedades de condições de desenvolvimento socioeconomicamente desiguais e combinadas (MANDEL, 1990 [1976], p.85). Dito de outra forma, sem a análise concreta da dinâmica espaço-temporal do desenvolvimento desigual e combinado, os debates são atualmente tímidos na elaboração de relatos baseados nas avaliações espaço centradas do desvio histórico que o capitalismo toma no tempo e no espaço (ver MATIN, 2013, para uma exceção). O resultado é que “nos deixam com a importante identificação de um campo lateral de causalidade, sem que este último seja incorporado dentro da teoria social” (RIOUX, 2015, p.485, ênfase no original). A originalidade deste artigo está, então, na assertiva de que a noção de revolução *passiva*, como precisamente um campo lateral de causalidade, é capaz de compreender dinâmicas espaço-temporais ligadas às práticas estatais e de classe de transformação nas relações de propriedade social dentro da condição estruturante sobreposta condição de desenvolvimento desigual e combinado.

Ao conceituar a relação entre a condição estruturante do desenvolvimento desigual e combinado e as intervenções de classe da revolução passiva, baseamo-nos na filosofia das relações internas (OLLMAN, 1976), permitindo provocar a dinâmica interna da estrutura e da agência na expansão capitalista. Assim, iniciando a análise de como a produção capitalista é organizada em torno da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho salarial "livre",

É esse entendimento que gera as principais propriedades ontológicas da estrutura e da agência. Em primeiro lugar, há as condições estruturantes do capitalismo, a forma como a produção e o acúmulo de valor excedente são criados. Ao mesmo tempo, essas relações sociais de produção também engendram as forças de classe social como os principais agentes coletivos (BIELER E MORTON, 2018, pp.37-8).

Na próxima seção, discutiremos, em primeiro lugar, como a condição estruturante do desenvolvimento desigual e combinado pode ser entendida sem cair na armadilha do difusionismo eurocêntrico. Isso será então desenvolvido através de um engajamento com Antonio Gramsci, delineando a relação interna entre intervenções de classe ligadas a processos de revolução passiva que revelam a variada dinâmica espacial na expansão externa do capitalismo. Em outras palavras, o argumento revela a revolução passiva como um conceito afim ao desenvolvimento desigual e combinado, que proporciona um campo de causalidade que captura expressões de agência de Estado e classe internamente relacionadas a condição estruturante de desenvolvimento desigual e combinado (MORTON, 2013 [2011], pp. 35-9, pp.237-51; MORTON, 2017; HESKETH, 2017b).

1. A DIALÉTICA MULTILINEAR DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Com o capitalismo, a produção é organizada em torno da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho salarial "livre", o que resulta numa série de condições estruturantes. Em primeiro lugar, não só os trabalhadores, mas também o capital é constantemente obrigado a reproduzi-los, o que gera uma ênfase constante na competitividade e uma pressão relacionada por mais inovação tecnológica em uma luta implacável por níveis de lucro cada vez maiores. Como Marx (1990, [1867], p.381) observou, "sob livre concorrência, as leis imanentes da produção capitalista confrontam o capitalista individual como uma força coercitiva externa para ele". No entanto, o que funciona para o capitalista individual, é problemático para o capital como um todo. Com mais bens produzidos, mas menos trabalhadores empregados, há falta de demanda por esses bens. "Vemos aqui", argumenta Harvey, "a contradição necessária que surge quando cada

capitalista se esforça para reduzir a participação do capital variável em valor agregado e a empresa enquanto especula sobre a venda de sua produção para trabalhadores empregados por outros capitalistas" (HARVEY, 2006 [1982], p.134). Por isso, o capitalismo é estruturalmente propenso a crises.

Rosa Luxemburg reconheceu as inevitáveis tensões entre a expansão do capitalismo e a demanda limitada constantemente impulsionando o capital para a expansão externa para garantir novos mercados e matérias-primas e mão-de-obra mais baratas (BIELER *et al.* 2016). Reconhecidamente, em *A Acumulação de Capital*, ao analisar a criação e expansão das condições de desenvolvimento para acumulação de capital no ambiente não capitalista, Luxemburg concluiu que "desde o início, as formas e leis da produção capitalista visam compor todo o globo como um depósito de forças produtivas" (LUXEMBURG, 2003 [1913], p.401). O primeiro foco de Luxemburg é em processos de acumulação primitiva de despossessão de produtores camponeses para criar uma reserva de poder de trabalho baseada no sistema salarial em territórios não capitalistas. Em segundo lugar, o militarismo também foi notoriamente abordado por Luxemburg (2003 [1913], p.419) como "o artifice do acúmulo de capital", como uma província da expansão do capital na conquista dos meios de produção e poder de trabalho através do colonialismo e do imperialismo (LUXEMBURG, 2003 [1913], p.367). Como exemplos históricos, Luxemburg menciona a política britânica na Índia, a política francesa na Argélia e a extensão das relações de busca de matérias-primas pelas potências europeias na China (LUXEMBURG, 2003 [1913], p.367). Por fim, Luxemburg discutiu o papel dos empréstimos internacionais e do sistema de crédito, o papel do ambiente construído e do capital fixo, como arranjo espacial essencial para a absorção do valor excedente (por exemplo, a construção de ferrovias, estradas, barragens, sistemas de irrigação, armazéns, escolas, hospitais, universidades). Para Luxemburg, então, a produção capitalista para um mercado mundial ocorreu lado a lado com a dizimação, assassinatos em massa, o comércio de escravos e extermínio nas Américas, na Austrália, no Norte da África, na África Ocidental e na China (LUXEMBURG, 1972 [1915], pp.112, 147).

Conceder foco privilegiado ao sistema espacial da Europa sem fazer conexões entre histórias entrelaçadas que estão dentro e fora do contexto europeu pode, no entanto, ser definido como eurocentrismo. Enquanto a periferia da não-Europa é muitas vezes retratada como um destinatário passivo de difusões do núcleo europeu, a moderna expansão do capitalismo é frequentemente apresentada em alguns círculos amplamente em termos de forças imanentes internas (BLAUT, 1999, pp.130–2). Está além do escopo deste artigo entregar qualquer solução sobre os debates sobre o espectro do eurocentrismo que inibiu o reconhecimento do papel das sociedades e dos Estados não-europeus na constituição do capitalismo do sistema de Estados (ver ANIEVAS E MATIN, 2016; ANIEVAS E NIŞANC, IOGLU, 2015; BHAMBRA, 2007; CHAKRABARTY, 2007; CHIBBER, 2013; NIŞANC, IOGLU, 2013; TANSEL, 2015, 2016). No entanto, a crítica ao "difusionismo eurocêntrico", o problema do exame do capitalismo através da noção do desenvolvimento desigual e combinado como uma onda de difusão desdobrando o exterior da Europa Ocidental para a periferia não-europeia (BLAUT, 1993), precisa ser abordado. "É, portanto, crucial para refletir mais sobre se uma avaliação da ascensão do capitalismo e do Estado moderno podem evitar os perigos do eurocentrismo" (MORTON, 2005, p.517). Para superar o eurocentrismo, o objetivo é evitar postular o não-Occidente como ontologicamente exterior para a constituição do capitalismo (TAHIRI, 2015, p.78).

Em seguida, nós respondemos ao risco do eurocentrismo de duas maneiras. Primeiro contribuiremos para quebrar o mito de que Marx projetou uma causalidade linear ou um progressivo movimento da transformação do capital em instância específico temporal e espacial para sua universalização por todo o mundo. Segundo, ilustraremos empiricamente como o surgimento e a expansão exterior do capitalismo a partir da Inglaterra e dos Países Baixos foi fortemente condicionado por sua inserção dentro 'do internacional'. No que se refere à primeira, há uma forte compreensão multilinear do desenvolvimento social

diretamente evidente em Marx que revela o maior escopo geográfico de sua crítica da economia política (ANDERSON, 2010, p.197). Igualmente, “desprovincializando Marx não implica simplesmente uma inclusão geográfica expandida, mas uma ampliação das possibilidades temporais desvinculadas de um unilateralismo hegemônico” (HAROOTUNIAN, 2015, p.2). Este esforço protagoniza uma releitura da formulação de Marx de que “o país que é mais desenvolvido industrialmente apenas demonstra, ao menos desenvolvidos, a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 1990 [1867], p.91), que é interpretado como tendo uma forma da construção de um determinismo unilinear (SHANIN, 1983, p.4). No entanto, Derek Sayer e Philip Corrigan (1983, p.79) argumentaram que a análise comparativa aqui é entre a Inglaterra e a Alemanha:

Uma vez que a Alemanha é uma sociedade na qual o capitalismo já se enraizou, seu “desenvolvimento normal” pode ser razoavelmente esperado para seguir um caminho “inglês”. Mas isso de forma alguma implica qualquer necessidade para as sociedades em que a produção capitalista ainda *não* esteja estabelecida para fazer o mesmo. (CORRIGAN, 1983, p.79).

Há, portanto, uma teoria multilinear da história evidente aqui que contém um foco na unidade dialética da interação da particularidade e da universalidade dentro do desenvolvimento social que precisa ser recuperada dentro e para o materialismo histórico (ANDERSON, 2010, pp.178-9). Isso é evidenciado muito bem em Marx:

Seria, portanto, inviável e errado deixar que as categorias econômicas se seguissem na mesma sequência em que eram historicamente decisivas. Sua sequência é determinada, ao invés disso, por suas relações entre si na sociedade burguesa moderna, que é precisamente o oposto daquela que parece ser sua ordem natural ou que corresponde ao desenvolvimento histórico. A questão não é a posição histórica das relações econômicas na sucessão de diferentes formas de sociedade ... Em vez disso, sua ordem dentro da sociedade burguesa moderna. (MARX, 1973 [1857-8], pp.107-8).

Imaginar o capitalismo como a criação de uma forma de desigualdade que combina tanto o geral quanto o particular também é uma parte da provincialização da Europa e da desprovincialização de Marx (CHAKRABARTY, 2007; HAROOTUNIAN, 2015). Para Harry Harootunian isso implica enfatizar o processo de desigualdade incorporado na expansão contínua do capital através de temporalidades e de espaços heterogêneos. Referindo-se a Marx no âmbito da acumulação primitiva:

A história dessa desapropriação assume diferentes aspectos em diferentes países, e atravessa suas várias fases em diferentes ordens de sucessão, e em diferentes épocas históricas. Somente na Inglaterra, que, portanto, tomamos como nosso exemplo, tem a forma clássica. (MARX, 1990 [1867], p.876).

Portanto, isso não é para argumentar que tais desapropriações fora da Europa sigam uma causalidade linear, um movimento singularmente progressivo, na expansão do capitalismo como um modo de produção:

A atenção às diferentes maneiras como o capitalismo se desenvolveu em locais singulares e específicos afirma a decisão de Marx de privilegiar o teatro global refletido na formação do mercado mundial como o principal princípio organizador na visão de qualquer possível história mundial. (HAROOTUNIAN, 2015, pp.19-20).

O processo de se fazer do capital, através de sua própria expansão espacial e temporal, foi, portanto, um processo de desenvolvimento desigual que absorveu e combinou elementos antes não capitalistas dentro e através das periferias da Euro-América. Trajetórias de formação estatal estão, portanto, inseridas na disseminação desigual mundial do capitalismo combinada com a condição de formas políticas e sociais anteriores. Trotsky reconheceu essa causalidade multilinear, quando desenvolveu a noção de desenvolvimento desigual e combinado:

É falso que a economia mundial é simplesmente uma soma de partes nacionais de um e do mesmo tipo... Na realidade, as peculiaridades nacionais representam uma combinação original das características básicas do processo mundial (TROTSKY, 2004 [1929], p.23).

A esse respeito, “Desigualdade é a lei mais geral do processo histórico [que] se revela de forma mais acentuada e complexa no destino dos países atrasados” (TROTSKY, 1980 [1936], p. 28). Devido à desigualdade do processo de desenvolvimento, as características aproximadas dos diferentes períodos históricos se combinam dentro do caráter de uma formação social. Portanto, surge uma “mistura peculiar de elementos atrasados que se combinam com os fatores mais modernos” dentro de uma formação social confrontada com a inserção em expansão do sistema capitalista (TROTSKY, 1980 [1936], pp.31-2, p.36, p.72).

Foi Marx quem reconheceu que “o modo de produção capitalista é condicionado por modos de produção fora de seu próprio estágio de desenvolvimento” (MARX, 1992 [1884], p.190). A circulação de capital é, portanto, caracterizada pelo “caráter multifacetado de suas origens” e condicionada pela existência do mercado mundial, seja em relação com as formas de existência de capital produtivo, capital monetário ou capital mercantil. Dentro das condições sociais decisivas da produção capitalista, então, Marx tem essa importante observação que vale a pena citar por completo.

Se as mercadorias são produtos da produção baseada na escravidão, o produto de camponeses (chineses, indianos), de uma comunidade (Índias Orientais Holandesas), de produção estatal (tal como existia em épocas anteriores da história russa, com base na servidão) ou de povos caçadores meio selvagens, etc. - *como mercadorias e dinheiro, confrontam o dinheiro e a mercadoria nas quais o capital industrial se apresenta, e entram tanto no próprio circuito deste último quanto no da mais-valia alimentada pelo capital-mercadoria*, na medida em que este é gasto como receita; ou seja, em ambos os ramos da circulação de capital mercantil. *O caráter do processo de produção do qual derivam é imaterial; funcionam no mercado como commodities e, como commodities, entram tanto no circuito do capital industrial quanto na circulação da mais-valia que alimentam.* (MARX, 1992 [1884], p.189-90, ênfases adicionadas).

David Harvey também destaca este comentário como significativo para entender como o capital se integra com modos não capitalistas de produção, indicando que uma vez que as mercadorias entram na órbita do capital elas agem justamente como todas as outras. Esses *insights* são, portanto, uma fonte fecunda para considerações de desenvolvimento geográfico desigual, sistemas de troca de mercadorias com formações sociais não capitalistas, e a expansão do mercado mundial tendo “todos os tipos de implicações para nossa compreensão de como o capital se fundamenta em situações particulares, incluindo aquelas de um mundo não capitalista” (HARVEY, 2013, pp.76-7).

Mais recentemente, Alex Anievas e Kerem Nişancıoğlu, demonstram bem como o surgimento do capitalismo na Inglaterra e nos Países Baixos e sua subsequente expansão externa não podem ser explicados referindo-se exclusivamente a esses países, ou mais geralmente, à dinâmica interna da Europa. Em vez disso, tanto a constituição quanto a expansão externa do capitalismo devem ser compreendidas pela forma como esses países se baseavam em relações com o espaço não europeu em linhas de desenvolvimento desigual e combinado. Primeiro, o capitalismo inglês foi fortemente condicionado pela expansão do Atlântico, que se seguiu a invasão das Américas por Colombo em 1492:

Se não fosse pelas condições especificamente internacionais criadas pela expansão da Europa no Atlântico, é provável que o capitalismo tivesse sido sufocado pelos limites do capitalismo agrário inglês. (ANIEVAS E NIŞANÇIOĞLU, 2015, p.152).

As colônias americanas forneceram para ambos os mercados para os excedentes, que não poderiam ser vendidos na Grã-Bretanha, bem como superlucros resultantes de plantações baseadas no trabalho escravo para reinvestimento na revolução industrial:

No final do século XVIII, a renda das propriedades coloniais nas Américas era igual a aproximadamente 50% do investimento bruto britânico. Uma vez que grande parte disso teria sido reinvestida nas indústrias britânicas, forneceu uma contribuição

significativa para a industrialização britânica. (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, p.164).

Em outras palavras, o estabelecimento completo do modo de produção capitalista na Inglaterra foi condicionado pelas oportunidades oferecidas através da expansão atlântica e da combinação do trabalho assalariado na Inglaterra com trabalho escravo no exterior (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, p.169). Quanto ao caso holandês, o próprio surgimento do capitalismo foi condicionado pelo “internacional”. Os agricultores das regiões norte dos Países Baixos só puderam mudar para a produção de leite e laticínios para o mercado porque ganharam acesso a importações baratas de grãos da área báltica a partir de meados do século XV (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, p.181), onde a produção era baseada em relações sociais feudais. No final do século XVI, então, a agricultura holandesa foi cada vez mais caracterizada por grandes fazendas caracterizadas pelo trabalho assalariado:

Crucialmente, um dos resultados desse processo foi o aumento da demanda por força de trabalho concomitante com a redução de sua oferta no século XVII, à medida em que o crescimento populacional não acompanhou o ritmo do crescimento econômico (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, p.226).

Ao contrário da Grã-Bretanha, esse gargalo não foi superado pela rápida inovação tecnológica. Ao invés disso, o capitalismo holandês baseou-se na disponibilidade da força de trabalho na Ásia em sua expansão: “Ao incorporar o poder do trabalho em escala global, o capital holandês adquiriu um poder de expansão que até então não possuía” (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, p.227). É importante ressaltar que, em vez de ocupar território e cobrar impostos como fizeram a Espanha e Portugal na América Latina, o capitalismo holandês se concentrou no controle dos processos produtivos. “A preponderância holandesa se baseava em intervir e, eventualmente, estabelecer o controle sobre a produção e, portanto, também sobre a força de trabalho”. A integração do comércio intra-asiático, portanto, “facilitou pela primeira vez a organização de uma hierarquia de capitais que conecta uma massa dispersa de força de trabalho’ numa escala “global”” (ANIEVAS E NIŞANÇIOGLU, 2015, pp.234-5 citando BANAJI, 201, p.274). A resistência localizada foi crucial na forma como esse processo ocorreu. A fim de obter uma posição no sul da Ásia, o capitalismo holandês tanto se integrou às redes existentes ou dependia da violência devastadora. Às vezes, o trabalho excedente era provido gratuitamente como no caso da produção de cravo nas Ilhas Molucas, enquanto rebeliões contra a produção de cravo em outros lugares eram suprimidas com força brutal. Claramente, a expansão capitalista externa e o pleno desenvolvimento do capitalismo na Grã-Bretanha e nos Países Baixos foram condicionados pelas oportunidades oferecidas *inter alia* nas Américas e no Leste da Ásia. Há o argumento de que o foco em um conjunto de intervenções orientais e portfólios de recursos (ideias, tecnologias, instituições) permite uma fuga do beco sem saída do eurocentrismo (HOBSON, 2011). Mas esta posição ignora o ponto sutil feito por Ellen Meiksins Wood (1995, p.37, ênfase no original) que:

A questão crucial não é a presença ou ausência de propriedade privada em terras como tal. A China, por exemplo, tinha uma propriedade privada bem estabelecida desde um período bem antigo...O ponto importante é a relação entre propriedade privada e o poder político, e suas consequências para a organização da produção e da relação entre apropriador e produtor. A característica única do desenvolvimento ocidental nesse sentido é que ela é marcada pela transferência mais antiga e mais completa do poder político para a propriedade privada e, portanto, também pela mais completa, generalizada e direta subserviência da produção às demandas de uma *classe* de apropriação. (WOOD, 1995, p.37, ênfase no original).

O fato de que o capitalismo foi totalmente estabelecido na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, em vez de Espanha ou Portugal, indica que a reconfiguração prévia das relações sociais de produção em torno do trabalho assalariado e da propriedade privada dos meios de produção e das antigas formações sociais foi crucial para sua capacidade de absorver as oportunidades oferecidas pelo imperialismo em outras áreas do mundo. “Aqueles países onde as relações protocapitalistas estavam surgindo ou já haviam surgido – Holanda e

Inglaterra – fizeram uso muito mais produtivo do ouro do que a Espanha, que foi estabelecido em um curso de acumulação geopolítica em expansão do império congruente com suas relações feudais de produção” (ANIEVAS E NIŞANCIOGNGLU, 2015, p.248). Em resumo, a origem do capitalismo é espacialmente um fenômeno europeu baseado no surgimento de um determinado conjunto de relações de propriedade social na Inglaterra e nos Países Baixos, mas que foi condicionado em seu surgimento e expansão externa por oportunidades e resistências que ele encontrou em outros lugares.

Esses aspectos estão ausentes da projeção de Justin Rosenberg de desenvolvimento desigual e combinado como fenômeno transistórico e, portanto, como intrínsecos ao próprio processo histórico (ROSENBERG, 2006, p.309). Isso é contrário à própria posição de Trotsky de que o capitalismo ganha domínio sobre a desigualdade herdada através de *seus próprios métodos* através da busca de novos territórios e da expansão econômica (TROTSKY, 1970 [1928], pp.19-20). O que se ignora é o argumento de Neil Smith de que “o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria constituição e estrutura do capital” e, portanto, única ao capitalismo (SMITH, 2008 [1984], p.4). Como esclarece Kees van der Pijl (2015, pp.61-2), o desenvolvimento desigual e combinado é válido apenas para o capitalismo. Seguindo Neil Smith (2004, p.182):

Uma lei que explica absolutamente ' tudo no mundo' não explica nada, e o fato de que "nada se desenvolve uniformemente”, usado como justificativa filosófica para tal lei, a reduz à trivialidade. Dotada de tal pretensão, não nos diz absolutamente nada específico sobre o capitalismo, o imperialismo ou o momento atual da reestruturação capitalista. (SMITH, 2004, p.182).

Argumentar, como Rosenberg faz, que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em si “captura em um nível geral as características sociológicas de *todo* o desenvolvimento” (CALLINICOS E ROSENBERG 2008, p.80, ênfase adicionada) e que é capaz de atender aos requisitos de Kenneth Waltz para uma teoria geral das relações internacionais (ROSENBERG, 2013a, p.185) indica uma inveja equivocada do positivismo e constitui um ponto de partida a partir de uma análise historicamente específica do espaço político capitalista moderno. Seguindo nossa análise em outro momento, onde (MORTON, 2010b, pp.215-16, 2013 [2011], pp.242-3; BIELER, 2013) o caráter específico do desenvolvimento desigual e combinado só pode ser plenamente compreendido através de uma compreensão das relações sociais capitalistas da produção. É importante ressaltar que o desenvolvimento desigual e combinado não caracteriza apenas a expansão histórica do capitalismo e a incorporação do espaço não capitalista nas relações sociais capitalistas de produção. Nosso argumento é que o desenvolvimento desigual e combinado continua a moldar a reconfiguração das relações sociais entre diferentes áreas dentro do capitalismo global hoje.

Ao analisar a constituição e a dinâmica externa do capitalismo ao longo das linhas desiguais e combinadas é essencial compreender a dinâmica espaço-temporal e os efeitos causais do Estado e dos agentes de classe formação da modernidade capitalista. Isto está, contudo, ausente na literatura atual. Por exemplo, Justin Rosenberg (2013b) referência o caráter espaço-temporal do desenvolvimento desigual e combinado sem examinar a organização do espaço, a logística espacial do poder estatal, ou as contradições do espaço. O espaço está “lá”, mas redundante e inexplorado, um mero acaso de desenvolvimento de desigualdade e de combinação. No entanto, abordar a dinâmica espacial na expansão externa do capitalismo é crucial para a compreensão da ampla variedade de processos através dos quais o capitalismo tem se constituído em diferentes posições geográficas ao redor do mundo. Caso contrário, o quadro de desenvolvimento desigual e combinado pode entrar em colapso numa geografia histórica empobrecida do capitalismo incapaz de explicar o envolvimento dos Estados e das classes em processos de produção e de apropriação excedente (RIOUX, 2013, p.108). Foi Michael Burawoy (1989, p.793) em sua declaração ilusória que reconheceu “onde os horizontes de Trotsky param, os de Gramsci começam”.

Ou, nas palavras de David Harvey (2003, p.101), “os processos moleculares do acúmulo de capital operando no espaço e no tempo geram revoluções passivas na padronização geográfica da acumulação do capital”. No que se segue, então, apresentamos processos de revolução passiva como capazes de fornecer um campo lateral de causalidade para abordar formas de ação estatais e de classe dentro das condições estruturantes de desenvolvimento desigual e combinado. Isso nos permitirá captar a diversidade espacial na construção da modernidade capitalista dentro das condições estruturantes de desenvolvimento desigual e combinado, enfatizando as relações internas entre a agência das forças de classe social e as condições estruturantes do capitalismo.

2. O CAMINHO REVOLUCIONÁRIO PASSIVO PARA A MODERNIDADE CAPITALISTA

Em referência ao *Risorgimento* italiano - o movimento pela libertação nacional que culminou na unificação política do país em 1860-61 - Gramsci introduziu um conjunto de termos para capturar o resultado contraditório da cristalização deste processo de formação do Estado. Estes termos, ele admitiu, eram difíceis (às vezes impossíveis) de se traduzir numa língua estrangeira dada a sua situação no discurso histórico-político italiano, mas eles, no entanto, entraram em circulação comum em toda a "Europa e o mundo" para abordar uma categoria que se refere à criação de Estados modernos que "não se restringiu à Itália". O *Risorgimento*, portanto, representou uma combinação frágil de *Rinascimento* – *Rinasciata* – *Rinascenza*, literalmente significando 'renascença' e 'renascimento' ou um tríptico de reavivamento, renascimento e despertar. No entanto, na mesma nota dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que

todos esses termos expressam o conceito de retorno a uma condição que já existia antes: ou seja, o conceito de uma agressiva '*ripresa*' ('*riscossa*') das energias da nação ou de uma libertação de um estado de servidão a fim de retornar a uma autonomia redentora (*riscatto*). (GRAMSCI, 1996, Q.5 §136, p.387).³

Todos esses termos expressam um amálgama de revolta, insurreição ou despertar [*riscossa*] bem como de reavivamento ou renovação [*ripresa*] em relação ao processo de formação do *Risorgimento* italiano e sua padronização territorial, espacial e geográfica dentro de condições de desenvolvimento *desiguais* e combinadas. O *Risorgimento* foi tanto um renascimento, ou revolução, como uma restauração na qual houve "a aceitação, em formas mitigadas e camufladas, dos mesmos princípios que haviam sido combatidos" (Gramsci, 1996, Q.5 §138 §139, p.389). Mas, dado que Gramsci (1971, Q.13 §27, p.220) reconheceu que "restaurações *in toto* não existem", como as contradições da revolução e restauração se juntam de uma forma que ofereça um campo lateral de causalidade à condição estruturante de desenvolvimento desigual e combinado? Qual é a forma *essencial* que é transmitida por essas contradições de revolução e restauração impactando em processos de formação do Estado além da mera *aparência formal* no tempo e espaço no caso do *Risorgimento* italiano?

Na *aparência formal* dessas contradições, no caso da Itália, foi o fracasso dos 'jacobinos' no Partito d'Azione, liderado por Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, entre outros, para estabelecer um programa que refletisse as demandas das massas populares e, significativamente, dos camponeses, que veio a identificar o *Risorgimento*. Em vez disso, os desafios foram frustrados e as mudanças nas relações de propriedade acomodadas devido ao Partito Moderato, liderado por Vincenzo Gioberti e pelo (Conde) Camillo Benso Cavour, estabelecendo alianças entre grandes proprietários de terras no Mezzogiorno e na burguesia do norte, enquanto absorvia a oposição no parlamento através de mudanças continuamente assimiladas (ou *trasformismo*) dentro da formação social atual.

Os moderados não reconhecem a agência de uma força coletiva... no *Risorgimento*; eles só reconhecem indivíduos singulares, que são exaltados para que possam ser

³ As citações de Gramsci, Cadernos do cárcere enunciam a sequência Caderno X, parágrafo Y, p. Z.

aproximados ou privilegiados ou caluniados a fim de romper os laços coletivos. (GRAMSCI, 1996, Q.3 §125, p.110).

A forma essencial que sustenta a aparência formal do Risorgimento, porém, foi o conceito e a condição de revolução passiva que podem ser definidos como se referindo a várias instâncias históricas concretas quando aspectos das relações sociais do desenvolvimento capitalista são instituídos e/ou expandidos, resultando tanto em uma ruptura 'revolucionária' quanto na "restauração" das relações sociais. 'O problema', como afirma Antonio Gramsci (1971, Q.13 §27, p.219), "é ver se na dialética da "revolução/restauração" é a revolução ou restauração que predomina". Uma revolução passiva representa, portanto, uma dialética bloqueada (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.315), ou uma condição de ruptura na qual os processos sociopolíticos de revolução são de uma vez parcialmente cumpridos e deslocados (CALLINICOS, 2010, p.498). Segundo Gramsci, após a Revolução Francesa (1789), a burguesia emergente lá "foi capaz de se apresentar como um "Estado" integral, com todas as forças intelectuais e morais que eram necessárias e adequadas à tarefa de organizar uma sociedade completa e perfeita" (GRAMSCI, 2007, §6 §10, p.9). Em contraste com o caso de ruptura revolucionária na França, outros países europeus passaram por uma série de revoluções passivas nas quais as antigas classes feudais não foram destruídas, mas mantiveram um papel político através do poder estatal. Como resultado, tais "restaurações são universalmente repressivas" (GRAMSCI, 1996 Q.3 §41, p.40). Por isso:

[O] nascimento dos Estados europeus modernos [prosseguiu] por sucessivas ondas de reforma, em vez de por explosões revolucionárias como a francesa original. As "ondas sucessivas" eram compostas por uma combinação de lutas sociais, intervenções a partir de cima do tipo monarquia esclarecida e guerras nacionais...restauração torna-se a primeira política pela qual as lutas sociais encontram estruturas suficientemente elásticas para permitir que a burguesia ganhe poder sem revoltas dramáticas, sem a máquina francesa de terror... As antigas classes feudais são rebaixadas de sua posição dominante para uma posição "governante", mas não são eliminadas, nem há qualquer tentativa de liquidá-las como um todo orgânico...Este 'modelo' pode ser repetido para a criação dos Estados modernos em outras condições? (GRAMSCI, 1971 Q.10II §61, p.115).

O que está em causa aqui não é validade histórica dos exemplos implantados. Afinal, como o próprio Gramsci observou, "os historiadores não são de uma só visão (e é impossível que eles devessem ser) na fixação dos limites do grupo de eventos que constituem a Revolução Francesa" (GRAMSCI, 1971 Q.13 §17, pp.179-80). Igualmente, reconheceu-se que também pode haver um "sistema de interpretação do Risorgimento" (GRAMSCI, 2007 Q.8 §243, p.382). No entanto, concluiu que:

O importante é analisar mais profundamente o significado de uma função do tipo 'Piemonte' em revoluções passivas – ou seja, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais em liderar uma luta de renovação. É um dos casos em que esses grupos têm a função de 'dominação' sem a de "liderança": ditadura sem hegemonia. (GRAMSCI, 1971 Q.15 §59 pp.105-6).

A importância da Revolução francesa foi destacada em termos de seu impacto geopolítico sobre o sistema de Estados, "que se espalhou para o resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos - dando aos velhos regimes um poderoso impulso, e resultando não no colapso imediato como na França, mas na corrosão "reformista" deles que durou até 1870" (GRAMSCI, 1971: Q10 I 9 119). A forma italiana de revolução passiva no aparecimento do Risorgimento "era uma questão de costurar um Estado unitário" (Gramsci, 2007 Q.6 §89, p.77). "O conceito de revolução passiva, me parece", afirmou Gramsci (1996, Q.4 §57, p.232), "aplica-se não só à Itália, mas também aos países que modernizam o Estado através de uma série de reformas".

Há pelo menos dois processos diferentes, mas interligados, definindo a *forma essencial* da condição de revolução passiva. Pode se referir a:

1) uma revolução sem participação das massas, ou uma "revolução a partir de cima", envolvendo uma reforma social e política de um projeto de uma elite que se baseia no capital estrangeiro e nas ideias associadas enquanto falta uma base nacional-popular. A revolução passiva descreve aqui o "fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana" (GRAMSCI, 2007 Q.8 §25, p.252) e como questões como a reforma agrária foram "uma forma de enxertar as massas agrárias sobre a revolução nacional" (GRAMSCI, 2007 Q.8 §35, p.257); e

2) como uma forma revolucionária de transformação política é pressionada em um projeto conservador de restauração no qual as demandas populares de luta de classes ainda desempenham algum papel. Refere-se aqui ao fato de que o "progresso" ocorre como a reação das classes dominantes à rebeldia esporádica e incoerente das massas populares – uma reação constituída por "restaurações" que concordam com alguma parte das demandas populares e, portanto, são "restaurações progressivas", ou "revoluções- restaurações", ou mesmo "revoluções passivas" (GRAMSCI, 2007 Q.8 §25, p.252).

Neste último sentido, a revolução passiva está ligada à mobilização insurrecional de massa a partir de baixo, enquanto tais demandas de classe são restritas para que "as mudanças no mundo da produção sejam acomodadas dentro da formação social atual" (SASSOON, 1987, p.207; FEMIA, 1981, p.74, p.260). Como Gramsci (1996, Q.5 §119, p.360) observa, no caso do Risorgimento 'a burguesia não liderou o povo ou procurou sua ajuda para derrotar privilégios feudais; em vez disso, foi a aristocracia que formou um partido forte composto por pessoas contrárias à exploração desenfreada pela burguesia industrial e às consequências da industrialização'. Na Itália, a classe dominante impediu sistematicamente o surgimento de uma "nova estrutura a partir de baixo" e desde então "tornou a preservação dessa situação cristalizada a razão de ser de sua continuidade histórica" (GRAMSCI, 2007 Q.6 §162, pp.121-2). Talvez por essa razão, observou-se que havia uma "incapacidade congênita" dentro do Partito *d'Azione* para exercer a liderança, enquanto o Partito *Moderato* recorreu a uma forma de "neo-malthusianismo político-econômico" para bloquear uma substantiva reforma agrária (GRAMSCI, 1996 Q.3 §125 p.181). A combinação contraditória da revolução-restauração que é emblemática de uma revolução passiva é, portanto, a de uma força insurrecional domesticada (MORTON, 2010a, p.330). Ou, para se voltar para a fonte primária, a teoria da revolução passiva como restauração-revolução refere-se a uma "dialética domesticada" dentro do processo de desenvolvimento histórico orientado pela luta (GRAMSCI, 2007 Q.8 §225 §253, p.8, p.27). Isso não significa que as revoluções passivas sejam conscientemente feitas pelos próprios capitalistas; ao invés disso, a ênfase é deslocada para os efeitos das transformações que constituem o capitalismo como um modo de produção e a consolidação do poder estatal moderno (CALLINICOS, 1989, p.124). As formas de aparência que as revoluções passivas podem tomar não implicam processos inertes, literalmente passivos. Formas cotidianas de revolução podem ser violentas e brutais, não sendo o resultado nem predeterminado nem inevitável. Assim, além da *forma de aparecimento* do Risorgimento, uma cadeia de revoluções passivas invocadas pela modernidade capitalista ao longo dos séculos XIX e XX podem ser identificadas, marcando a revolução passiva como uma forma *essencial* na sociologia histórica dos processos de criação do Estado. Ela indica uma descrição da modernidade capitalista onde há uma incapacidade estrutural do projeto político burguês de realizar plenamente a prática da hegemonia, entregando um processo incompleto que se torna mais a regra do que a exceção da formação estatal (THOMAS, 2009, p.154; 2013, p.25). Embora sem a intenção direta de uma classe burguesa, esses processos de formação estatal muitas vezes culminaram na persistência de velhos regimes na segunda metade do século XIX e, no século XX, o fracasso da hegemonia na modernidade capitalista periférica, não obstante a absorção molecular parcial e a redefinição dos interesses de classe a partir de baixo (ENDNOTES, 2015, p.86, p.100; MAYER, 2010 [1981]; e, por exemplo, ALLINSON E ANIEVAS 2010; GRAY, 2014; HESKETH, 2017A; MUNCK, 2013; ROBERTS, 2015; WEBBER, 2016).

Independentemente da aparência formal *ou* do conteúdo essencial de uma revolução passiva, é crucial apreciar o papel das lutas de classes sobre a forma política do Estado. A desigualdade de desenvolvimento das relações sociais de propriedade social fica em aberto ao invés de fechado ou enredado dentro das estruturas da revolução passiva e sua lógica de absorção. "A tese da "revolução passiva" como interpretação do Risorgimento", reconheceu Gramsci, "e de todas as épocas caracterizadas por complexas revoltas históricas... [está em] perigo de derrotismo histórico... uma vez que todo o caminho de colocar a questão pode induzir a uma crença em algum tipo de fatalismo" (GRAMSCI 1971, Q.15 §62 p.114). Dois fatores podem, portanto, ser sublinhados para explicar mudanças sociais ou contradições e conflitos dentro da teoria da revolução passiva. Primeiro, o conceito de revolução passiva 'continua sendo dialético – em outras palavras, pressupõe, de fato postula, como necessária uma vigorosa antítese que possa apresentar intransigentemente todas as potencialidades para desenvolvimento' (GRAMSCI, 1971 Q.15 §62 p.114). Isso significa enfatizar as próprias contradições de revolução-restauração e o papel das massas populares em moldar a forma e conteúdo das revoluções passivas contra as classes estatais. O fluxo de movimentos conjunturais e orgânicos dentro das estruturas da revolução passiva são, em última análise, condicionados pelas 'relações de forças' entre frações de classe em disputa (GRAMSCI, 1971 Q.13 §17 pp.177–85). Segundo, no desenvolvimento da teoria da revolução passiva, Gramsci (2007, Q.8 §210 p.357) colocou-se a seguinte pergunta: "Deve-se considerar como "revoluções" todos esses movimentos que se descrevem como "revoluções" de modo a dotá-los de dignidade e legitimidade? Em resposta, revolução passiva é oferecida não só como uma análise da especificidade do desenvolvimento histórico italiano (aparência formal), mas também como uma consideração sobre as condições de formação de Estado (forma essencial) através de um método de analogia histórica como critério interpretativo (GRAMSCI, 1971 Q.25 §2 p.54n.4; GRAMSCI, 1971 Q.15 §62 p.114). A análise de Gramsci da especificidade do desenvolvimento histórico italiano e sua forma de aparência de revolução passiva é assim desenvolvida 'não como um programa... mas como um critério de interpretação na ausência de outros elementos ativos para o extrato dominante' (GRAMSCI, 1971 Q.15 §62 p.114). O poder explicativo deste método de interpretação da formação do Estado e as contradições da luta de classes se apoiam, portanto, sobre 'o método de analogia histórica como um critério interpretativo' (GRAMSCI, 1971 Q.25 §2 p.54n.4). Como argumentado em outra forma, onde (MORTON 2007b, pp.604-5) Gramsci deriva certos princípios de pesquisa histórica ligados às circunstâncias da formação do Estado italiano enquanto compara – através da analogia histórica – diferentes processos históricos e aí, a configuração particular de luta de classes sobre a forma política de Estado e a modernidade capitalista. Dentro da conceptualização da revolução passiva, então, há uma teoria alternativa interpretativa da história da formação do Estado moderno, da construção das revoluções e das contradições da luta de classes. Como síntese das dimensões internamente relacionadas do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução passiva, Chris Hesketh (2017b, p.15) afirma que "as pressões universais geradas pela competição geopolítica capitalista são reconhecidas, mas os assentos geográficos da articulação de classe continuam a ser a prioridade para análise."

Nosso argumento, então, é que agora é possível apreciar o conceito e a condição da revolução passiva como um campo lateral de causalidade para a condição estruturante de desenvolvimento desigual e combinado. Isso significa que a consideração concreta das instâncias de revolução passiva traz à tona um engajamento com as forças de classe estatais e subalternas como agentes que são cruciais na construção dos Estados modernos e nas transições para o capitalismo. O conceito de revolução passiva oferece um modo de teorizar *tanto* a dinâmica interna da modernidade capitalista dentro dos Estados através do espaço e do tempo *quanto* como esses processos de diálogo desenvolvimental estão internamente relacionados com as pressões geopolíticas do sistema de Estados. As revoluções passivas são, portanto, um trabalho através de soberanias pré-estabelecidas que podem tanto transformar

(revolução) e sustentar (restauração) as tensões indutoras de mudanças provocadas por uma transformação nas relações de propriedade social. Portanto, podemos:

propor a categoria de revolução passiva como uma forma política equivalente a um processo de produção que privilegiasse o que estava em mãos e era útil para servir à busca do valor de excedente do capital e ao longo do caminho produzir uma contínua desigualdade econômica [que] os Estados-nação modernos se comprometeram a eliminar. (HAROOTUNIAN, 2015, p.131).

O desafio, portanto, é apreciar “processos de revolução passiva como instâncias *específicas* de transição de Estado que estão internamente relacionadas através das condições históricas mundiais *gerais* de desenvolvimento desigual e combinado” (MORTON, 2007a, p.71, ênfase no original).

CONCLUSÃO: A REVOLUÇÃO PASSIVA COMO DOMÍNIO POLÍTICO DO CAPITAL

As conceituações existentes de desenvolvimento desigual e combinado fornecem um semblante espacial estático, o que significa que são predominantemente negligentes em fornecer análises dos efeitos causais do desenvolvimento capitalista. Uma consequência é que abordagens de desenvolvimento desigual e combinado são relutantes em fornecer relatos concretos da dinâmica em mudança da desigualdade no desenvolvimento através do espaço e do tempo. Por essa razão, o cronotopo da revolução passiva – categoria que funciona no espaço e no tempo – foi apresentado neste artigo como um conceito e condição que tem uma afinidade com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mas sem a exclusão da agência. Dito de outra forma, o desenvolvimento desigual e combinado como condição estruturante e a revolução passiva com sua ênfase de agentes de classes são conceitos afins e internamente relacionados abordando como o desenvolvimento capitalista se desenrola e como as lutas de classes entre agentes estatais e subalternos produziram e transformaram o espaço ao longo do tempo através de ciclos variados de revolução e de restauração. A revolução passiva proporciona, portanto, um campo lateral de causalidade ou um caminho de trabalhar através da relação dialética interna entre processos herdados de formação estatal e aquelas lutas de classes que resultam de transformações nas relações de propriedade social. Como a força do capital – através de sua expansão desigual e combinada em escala mundial – vem para mudar o significado da produção do espaço e do lugar através de revoluções passivas variadas é, portanto, significativa na tentativa de abordar as diferentes funções do espaço capitalista ao longo do tempo (MORTON, 2018). As instâncias de revolução passiva não fazem parte de uma universalização transistórica, mas fazem parte de um conjunto historicamente específico de processos que existem dentro de condições particulares e locais. Por essa razão, este artigo sublinhou a dialética multilinear do desenvolvimento desigual e combinado e o caminho revolucionário passivo para a modernidade como aspectos internamente relacionados do mesmo todo. As particularidades da forma de aparecimento da revolução passiva na produção e da transformação do espaço dentro das condições locais, como parte da forma essencial de generalização das revoluções passivas que marcam processos de formação do Estado dentro de circunstâncias desiguais e combinadas de desenvolvimento, são, portanto, aspectos significativos relacionados internamente da entrada do capital na modernidade. Como afirmou Gramsci (2007, Q.8 §210 p.357), escrevendo em 1932, “todo o materialismo histórico é uma resposta a essa questão”, ou seja, “se os processos da natureza e da história são invariavelmente “evolutivos” ou também poderiam incluir “saltos””. O diálogo desenvolvimental diz respeito em boa medida, portanto, sobre os processos espaciais através dos quais os Estados e as classes são “obrigados a dar saltos” (Trotsky, 1980 [1936], p.28). Em 1930, Gramsci (1996, Q.4 §38 p.180) escreveu:

Na história real, esses momentos se envolvem entre si, horizontalmente e verticalmente; ou seja, através da atividade econômica (horizontal) e do território (verticalmente) combinando e divergindo de várias maneiras. E cada uma dessas combinações pode ser representada por sua própria expressão organizada

econômica e política. Também é necessário ter em mente que as relações internacionais se entrelaçam com essas relações *internas* de um Estado-nação, e isso, por sua vez, cria *combinações* peculiar e historicamente concretas. Uma ideologia nascida num país altamente desenvolvido é disseminada num país menos desenvolvido e tem um efeito na interação local de *combinações*. (GRAMSCI, 1996, Q.4 §38 p.180).

A revolução passiva é, portanto, a forma essencial dessa expressão de reestruturação geográfica histórica que ilumina as práticas espaciais e temporais dos agentes de Estado e de classe. Para fazer cumprir esse argumento, três pontos serão contabilizados nesta conclusão.

Primeiro, capturando a expressão de expansão capitalista através da revolução passiva, foi Gramsci (1971, Q.15 §62 p.116) que afirmou que tais casos se desenrolam quando, "o impulso do progresso não está fortemente ligado a um vasto desenvolvimento econômico local...mas é, sim, o reflexo dos desenvolvimentos internacionais que transmitem suas correntes ideológicas para a periferia – correntes nascidas do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados." Mas seria imprudente descartar isso como um argumento difuso simples. Por exemplo, Gramsci (1996, Q.4 §49 p.204) afirma em outros lugares, novamente em 1930, que "os alemães e os franceses forneceram o protoplasma da história russa com um esqueleto forte", mas a assimilação de tais influências foi comprometida por "russificá-las". Na mesma passagem, reconhece-se que "em outro terreno e em condições temporais e espaciais bastante diferentes, este fenômeno russo pode ser comparado ao nascimento da nação americana (os Estados Unidos)" que "continuou a desenvolver as forças implícitas em sua natureza mas num ritmo incomparavelmente mais rápido do que na Europa antiga" (GRAMSCI, 1996 Q.4 §49 p.205). Como Trotsky criou essa correlação posteriormente, "os colonos europeus na América não começaram a história novamente desde o início". Por isso:

Embora compelido a imitar os países avançados, um país atrasado não leva as coisas na mesma ordem. O privilégio do atraso histórico – e tal privilégio existe – permite, ou melhor, obriga, a adoção do que esteja pronto antes de qualquer data especificada, pulando uma série de estágios intermediários. (TROTSKY, 1980 [1936], p.27).

Em segundo lugar, também foi Gramsci quem expôs sobre a combinação peculiar de diferentes estágios de desenvolvimento desigual para definir o processo historicamente específico do capitalismo. Novamente em 1930 ele escreveu:

Assim como os métodos de tração não passaram diretamente das carroças movidas por animais para trens elétricos modernos expressos, mas passaram por uma série de "combinações intermediárias" algumas das quais ainda existem (como tração animal nos trilhos, etc. etc.), e assim como o estoque ferroviário que se tornou obsoleto nos Estados Unidos permanece em uso por muitos anos na China, onde representa progresso técnico – por isso também na esfera cultural diversos estratos ideológicos são variadamente combinados, e o que se tornou "ferro de sucata" na cidade ainda é um "implemento" nas províncias. De fato, na esfera cultural, as 'explosões' são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera técnica... A alusão ao fato de que, às vezes, o que se tornou "ferro de sucata" na cidade ainda é um "implemento" nas províncias pode ser desenvolvido de forma útil. As relações entre população urbana e população rural nem sempre são as mesmas. (GRAMSCI, 1992 Q.1 §43 p.129).

Em terceiro lugar, esse foco nos desbravadores do desenvolvimento capitalista foi colocado de forma menos grosseira quando comparado a algumas interpretações. O evocativo, mas desajeitado, Trotsky, que "selvagens trocam seus arcos e flechas por rifles de uma só vez, sem viajar pela estrada que estava entre essas duas armas no passado" (TROTSKY, 1980 [1936], p.27). Em contraste, a órbita da expansão capitalista é posta por Gramsci para seu antigo mentor, Antonio Labriola. ² Foi em uma das últimas palestras sobre pedagogia que surgiu o tema "Como você faria a educação moral de um papuano?". Ao contar essa história, Gramsci indica que a resposta de Labriola foi: "Provisoriamente, eu

faria dele um escravo, e que seria a pedagogia em seu caso; mas então eu gostaria de ver se seria possível começar a usar algo de nossa pedagogia com seus netos e bisnetos.” Gramsci elabora sua análise de outra forma:

Parece-me que teoricamente o problema deve ser formulado de forma diferente, isto é: se uma nação ou grupo social que atingiu um nível mais elevado de civilização pode (e, portanto, deve) "acelerar" a educação civil das nações mais atrasadas e grupos sociais, universalizando sua própria experiência. Em suma, parece-me que o modo de pensar encapsulado na resposta de Labriola não é dialético ou progressivo, mas um pouco reacionário. (GRAMSCI, 2007 Q.8 §200 pp.349-50).

Em suma, nesta nota de 1932, Gramsci destaca que o foco na disciplina externa – o chicote da necessidade externa – para coagir um "povo retrógrado" e reduzi-los à escravidão seria simplório. Ao invés disso, o processo de proletarização – o que ele chama de ‘conceito de "exército de trabalho”’ – indicaria que “não há necessidade de recorrer à “escravidão” ou ao colonialismo como um estágio histórico "mecanicamente" inevitável, etc.” (GRAMSCI, 2007 Q.8 §200 p.350). Seria, portanto, equivocado compreender a pureza teórica de um único pensador sobre a desigualdade geopolítica e o caráter socialmente combinado de desenvolvimento. Ao invés disso, a teoria da revolução passiva oferece uma visão mais aprofundada sobre o desenvolvimento social desigual e disseminação mundial do capitalismo em sua combinação com, e em relação interna, a consolidação geopolítica do Estado moderno. Revolução passiva é, portanto, a forma essencial desta expressão de reestruturação geográfica histórica que ilumina as práticas espaciais e temporais de agentes do Estado e de classes.

REFERENCIAS

- ALLINSON, J. ALEX, A. The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity. In: *Capital & Class*, n.34 vol.3, pp.469–90, 2010.
- ANDERSON, K. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ANIEVA, A. MATIN, K. (eds) *Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Development over the Longue Dure'e*. London: Rowman & Littlefield International, 2016.
- ANIEVAS, A. Nis, Anc, Ioglu, K. *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. London: Pluto Press, 2015.
- BANAJI, J. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation*. Leiden: Brill, 2010.
- BHAMBR, G. *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. London: Palgrave, 2007.
- BIELER, A. The EU, global Europe and processes of uneven and combined development: The problem of transnational labour solidarity. In: *Review of International Studies*, n.39, vol.1, pp.161–83, 2013.
- BIELER, A et al. The enduring relevance of Rosa Luxemburg's The Accumulation of Capital. *Journal of International Relations and Development*, n.19, vol.3, pp.420–47, 2016.
- BIELER, A. MORTON, AD. *Global Capitalism, Global War, Global Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- BLAUT, JM. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: The Guilford Press, 1993.
- BLAUT, JM. Marxism and Eurocentric diffusionism. In: *Chilcote RH (ed.) The Political Economy of Imperialism: Critical Appraisals*. Dordrecht: Kluwer, pp. 127–40, 1999.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci and the State*, trans. Fernbach D. London: Lawrence & Wishart, 1980.
- BURAWOY, M. *Two methods in search of social science: Skopecol versus Trotsky*. *Theory and Society*, n.18, vol.6, pp. 759–805, 1989.
- CALLINICOS, A. Bourgeois revolutions and historical materialism. In: *International Socialism (Second Series)*, vol.43, pp. 113–71, 1989.
- CALLINICOS, A. The limits of passive revolution. *Capital & Class*, vol.34, n.3, pp.491–507, 2010.
- CALLINICOS, A. ROSENBERG, J. Uneven and combined development: The social-relational substratum of 'the International'? An exchange of letters. In: *Cambridge Review of International Affairs*, vol.21, n.1, pp. 77–112, 2008.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- CHIBBER, V. *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. London: Verso, 2013.
- Endnotes Unity in Separation (October)*. London: Endnotes, 2015.
- FEMIA, JV. *Gramsci's Political Thought: Hegemony, Consciousness and the Revolutionary Process*. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*, ed. and trans. Hoare Q and Nowell Smith G. London: Lawrence & Wishart, 1971.
- GRAMSCI, A. *Prison Notebooks (Vol. 1)*, ed. Buttigieg JA. New York: Columbia University Press, 1992.
- GRAMSCI, A. *Prison Notebooks (Vol. 2)*, ed. Buttigieg JA. New York: Columbia University Press, 1996.
- GRAMSCI, A. *Prison Notebooks (Vol. 3)*, ed. Buttigieg JA. New York: Columbia University Press, 2007.
- GRAY, K. Labour and the state in China's passive revolution. In: *Capital & Class*, n.34, vol.3, pp.449–67, 2010.
- HAROOTUNIAN, H. *Marx After Marx: History and Time in the Expansion of Capitalism*. New York: Columbia University Press, 2015.
- HARVEY, D. *The Limits to Capital*. London: Verso, 2006.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, D. *A Companion to Marx's Capital*, Vol. 2. London: Verso, 2013.
- HESKETH, C. *Spaces of Capital / Spaces of Resistance: Mexico and the Global Political Economy*. Athens, GA: University of Georgia Press, 2017a.
- HESKETH, C. Passive revolution: A universal concept with geographical seats. In: *Review of International Studies*, vol.43, n.3, pp. 389–408, 2017b.

- HESKETH, C. MORTON, AD. Spaces of uneven development and class struggle in Bolivia: Transformation or trasformismo? In: *Antipode*, vol.46, n.1, pp.149–69, 2014.
- HOBSON, JM. *The Eastern Origins of Western Civilisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LUXEMBURG, R. *The Accumulation of Capital*, trans. Schwarzschild A. London: Routledge, 2003 [1913].
- LUXEMBURG, R. *The accumulation of capital: An anti-critique*. In: Luxemburg, R. and Bukharin, N. (eds) *Imperialism and the Accumulation of Capital*. London: Penguin, pp. 47–150.
- MANDEL, E. *Introduction*. In: Karl Marx, *Capital*, Vol. 1, trans Fowkes B. London: Penguin, 1990 [1976].
- MARX, K. *Capital*, Vol. 1, trans. Fowkes B. London: Penguin, 1990 [1867].
- MARX, K. *Capital*, Vol. 2, trans. Fernbach D. London: Penguin, 1992 [1884].
- MARX, K. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*, trans. Nicolaus M. London: Penguin Books, 1973 [1857–8].
- MATIN, K. *Recasting Iranian Modernity: International Relations and Social Change*. London: Routledge, 2013.
- MAYER, AJ. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. London: Verso, 2010 [1981].
- MORTON, AD. The age of absolutism: Capitalism, the modern states-system and international relations. In: *Review of International Studies*, n.31, vol.3, pp.495–517, 2005.
- MORTON, AD. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. London: Pluto Press, 2007a.
- MORTON, AD. Waiting for Gramsci: State formation, passive revolution and the international. In: *Millennium: Journal of International Studies*, n.35, vol.3, pp.597–621, 2007b.
- MORTON, AD. The continuum of passive revolution In: *Capital & Class*, n.34, vol.3, pp.315–42, 2010a.
- MORTON, AD. The geopolitics of passive revolution. In: *Anievas A (ed.) Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism*. London: Routledge, pp. 215–230, 2010b.
- MORTON, AD. *Revolution and State in Modern Mexico: The Political Economy of Uneven Development*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013.
- MORTON, AD. *Revolución y Estado en el México moderno: La economía política del desarrollo desigual*. México, D.F.: Siglo XXI, 2017.
- MORTON, AD. The architecture of passive revolution: Society, state and space in modern Mexico. In: *Journal of Latin American Studies*, n.50, vol.1, pp.117–52, 2018.
- MUNCK, R. *Rethinking Latin America: Development, Hegemony and Social Transformation*. London: Palgrave, 2013.
- NIS, ANC, IOGLU, K. The Ottoman origins of capitalism: Uneven and combined development and Eurocentrism. In: *Review of International Studies*, n.40, vol.2, pp.325–47, 2013.
- OLLMAN, B. *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*, Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- RIOUX, S. The fiction of economic coercion: Political Marxism and the separation of theory and history. In: *Historical Materialism*, n.21, vol.4, pp.92–128, 2013.
- RIOUX, S. Mind the (theoretical) gap: On the poverty of international relations theorising of uneven and combined development. In: *Global Society*, n.29, vol.4, pp.481–509, 2015.
- ROBERTS, P. Passive revolution in Brazil: Struggles over hegemony, religion and development. In: *Third World Quarterly* n.36, vol.9, pp.663–81, 2015.
- ROSENBERG, J. *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*. London: Verso, 1994.
- ROSENBERG, J. Why is there no international historical sociology? In: *European Journal of International Relations*, vol.12, n.3, pp.307–40, 2006.
- ROSENBERG, J. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of uneven and combined development. In: *International Politics*, vol.50, n.2. pp.183–230, 2013a.
- ROSENBERG, J. The 'philosophical premises' of uneven and combined development. *Review of International Studies*, vol.39, n.3, pp.569–97.
- SASSOON, AS. *Gramsci's Politics*, 2nd edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- SAYER, D. CORRIGAN, P. *Late Marx: Continuity, contradiction and learning*. In: Shanin T (ed.) *Late Marx and the Russian Road: Marx and 'the Peripheries of Capitalism'*. New York: Monthly Review Press, pp. 77–93.

- SHANIN, T. *Late Marx: Gods and craftsmen*. In: SHANIN, T. (ed.) *Late Marx and the Russian Road: Marx and 'the Peripheries of Capitalism'*. New York: Monthly Review Press, pp. 3–39, 1983.
- SMITH, N. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, 3rd edition. Athens, GA: University of Georgia Press, 2008 [1984].
- SMITH, N. The geography of uneven development. In: DUNN, B. RADICE, H. (eds) *100 Years of Permanent Revolution: Results and Prospects*. London: Pluto Press, pp. 180–95, 2004.
- TANSEL, CM. Deafening silence? Marxism, international historical sociology and the spectre of Eurocentrism. In: *European Journal of International Relations*, n.21, vol.1, pp.76–100, 2015.
- TANSEL, CM. Geopolitics, social forces and the international: Revisiting the 'Eastern Question'. In: *Review of International Studies*, n.42, vol.3, pp. 492–512, 2016.
- THOMAS, PD. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. Leiden: Brill, 2009.
- THOMAS, PD. Hegemony, passive revolution and the modern Prince. In: *Thesis Eleven*, n.117, vol.1, pp. 20–39, 2013.
- TROTSKY, L. *The Third International After Lenin*. New York: Pathfinder Press, 1970 [1928].
- TROTSKY, L. *The permanent revolution*. In: TROTSKY, L. *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. London: Socialist Resistance, pp. 111–256, 2007 [1929].
- TROTSKY, L. *The History of the Russian Revolution*, 3 Volumes. New York: Pathfinder Press, 1980 [1936].
- VAN DER PIJL, K. The uneven and combined development of international historical sociology. In: DESAI, R. (ed.) *Theoretical Engagements in Geopolitical Economy*. Bingley: Emerald Group Publishing, pp. 45–83, 2015.
- WEBBER, JR. Evo Morales and the political economy of passive revolution in Bolivia, 2006–15. In: *Third World Quarterly*, vol.37, n.10, pp.1855–76, 2016.
- WOOD, EM. *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Recebido em 20-08-2020

Aprovado em 27-11-2020